

**PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO INDETERMINADO, COM VISTA AO PREENCHIMENTO DO POSTO DE TRABALHO REFERENTE A UM ASSISTENTE TÉCNICO ( TOPÓGRAFO)**

**ATA**

Aos dezanove dias do mês de Julho do ano de dois mil e dezanove, pelas dez horas, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu o júri do procedimento concursal comum para contratação por tempo indeterminado, com vista ao preenchimento do posto de trabalho referente a um assistente técnico ( topógrafo ), constituído pelo Diretor de Departamento de Administração Geral do Território em regime de substituição, Eng. Manuel Gomes Abreu, na qualidade de Presidente do Júri, pelo Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão urbanística, Arqº José Paulo Teixeira Goulart Bettencourt e pela Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, em regime de substituição Dra. Ana Maria Moreira Leal, na qualidade de vogais:

Sendo dez horas do dia nove de julho de 2019 e feita a chamada verificou-se que havia comparecido para prestar a prova de conhecimentos escrita os seguintes concorrentes;

- João Miguel Fernandes Gonçalves Pita
- Jorge Miguel Bentes Leal
- Luís Manuel Ribeiro de Brito Moreira
- Pedro Miguel Antunes Gouveia

**Não compareceu á prova de conhecimentos escrita:**

- Marco Luciano Ferreira Barros

A prova realizou-se no Edifício dos Paços do Concelho e constou da seguinte legislação:

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, na sua atual redação, Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação; Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua atual redação, Portaria n.º 29/2017 de 17 de Janeiro, procede à segunda alteração ao artigo 2.º da Portaria n.º 976/2009, de 1 de setembro; Portaria n.º 976/2009 de 1 de setembro, fixa o âmbito temporal e espacial de aplicabilidade do regime experimental de execução, exploração e acesso à informação cadastral previsto no Decreto-Lei n.º 224/2007, de 31 de Maio, na sua atual redação; Decreto-Lei n.º 224/2007 de 31 de maio, aprova o regime experimental da execução, exploração e acesso à informação cadastral, visando a criação do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SINERGIC); Decreto-Lei n.º 202/2007 de 25 de Maio, terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de Julho, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional, Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2006 de 4 de Maio, aprova as linhas orientadoras para a execução, manutenção e exploração de informação cadastral através da criação do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SINERGIC) e definição dos seus objetivos gerais; Decreto-Lei n.º 193/95 de 28 de julho, estabelece os princípios e



normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional, na sua atual redação; Decreto-Lei n.º 143/82 de 26 de Abril, estabelece a proteção aos marcos de sinalização geodésica relativos à Carta Cadastral do País.

O júri reuniu hoje dia dezanove de julho de dois mil e dezanove e deliberou atribuir as seguintes classificações á prova de conhecimentos escrita :

Nome do Candidato	Método de Seleção	Classificação
João Miguel Fernandes Gonçalves Pita	Prova escrita	14,5 Valores
Jorge Miguel Bentes Leal	Prova escrita	5 Valores
Luís Manuel Ribeiro de Brito Moreira	Prova escrita	11,5 Valores
Marco Luciano Ferreira Barros	Prova escrita	Não compareceu
Pedro Miguel Antunes Gouveia	Prova escrita	9,5 Valores

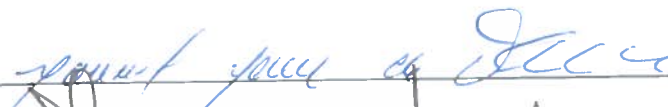
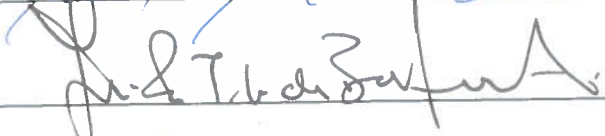
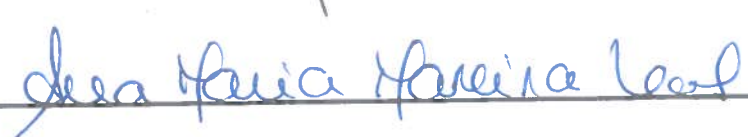
Nos termos do disposto no nº 12 do artigo 18º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, a prova de conhecimentos escrita tem carácter eliminatório ficando excluídos os candidatos que obtiverem uma valoração inferior a 9,5 valores, assim como os que não compareceram, não lhes sendo aplicado o método seguinte.

Mais deliberou o júri, proceder à audiência dos interessados, aos candidatos excluídos, nos termos dos artigos 30º e 31º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro na sua atual redação e do Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro).

Os candidatos João Miguel Fernandes Gonçalves Pita, Luís Manuel Ribeiro de Brito Moreira, Pedro Miguel Antunes Gouveia, serão convocados para a Avaliação Psicológica, por ofício registado nos termos do nº 2 do artigo 33º e alínea b) do nº 3 do artigo 30 da Portaria supra referido na sua atual redação.

Mais deliberou o júri nos termos do nº 1 do artigo 33º da Portaria nº 83-A/2009 de 22 de janeiro na sua atual redação afixar na receção do Município e na página eletrónica dos Serviços os resultados obtidos no primeiro método de seleção, prova de conhecimentos escrita, através da lista ordenada alfabeticamente com o resultado do primeiro método de seleção.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que depois de lida e achada conforme vai ser assinada pelos membros que constituem o Júri.

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_